

**PROJETO DE LEI Nº    DE 2019**  
**(Do Sr. DELEGADO MARCELO FREITAS)**

Acrescenta parágrafo único aos artigos 1.641 e 1.775 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e dá outras providencias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O artigo 1.641 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 passa a vigorar acrescido do parágrafo único, conforme redação abaixo:

Art. 1641. É obrigatório o regime da separação de bens no casamento:

I - .....

II – da pessoa maior de 70 (setenta) anos

III - .....

Parágrafo único. ao cônjuge que se casou com pessoa maior de setenta anos, não será permitido:

I - ser dependente e/ou beneficiário previdenciário de seu cônjuge;

II- ser beneficiário de apólice de seguro que tenha por segurado o cônjuge maior de setenta anos;

III-ser procurador público e/ou particular do cônjuge maior de setenta anos.

Art. 2º O artigo 1.775 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 passa a vigorar acrescido do parágrafo único, conforme redação abaixo;

Art. 1.775. O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito.

Paragrafo único. tratando-se de casamento realizado com pessoa maior de setenta anos, a nomeação de curador, quando ocorrer interdição, dependerá de decisão judicial, devendo ser ouvidos parentes em linha colateral ou transversal até o quarto grau do interditando, caso se apresentem..

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Com a finalidade de proteger o patrimônio dessas pessoas com mais de setenta anos, o legislador já previu, no artigo 1.641 do nosso Código Civil que o regime de separação de bens será obrigatório no casamento de pessoa maior de 70 (setenta) anos.

A presente proposta cuida de dar maior proteção à pessoa idosa, com mais de setenta anos, que por sua maior vulnerabilidade é, por vezes, vítima de pessoas inescrupulosas que abusam da carência afetiva do idoso e de sua dependência de terceiros.

O estabelecimento de restrições a eventual locupletamento financeiro decorrente do casamento com pessoa idosa visa evitar que essas pessoas com mais de setenta anos sejam vítimas de prática conhecida no jargão policial como “estelionato sentimental”, conduta ainda não tipificada em nosso Código Penal.

O projeto também pretende evitar injustiças previdenciárias como recebimento de benefício de pensão por morte em decorrência de óbito do cônjuge idoso, no caso de casamento após setenta anos. São inúmeros os casos de concessão de benefício previdenciário a viúvos(as) muito jovens que se casaram com pessoas já em idade avançada. Recebem benefício previdenciário sem a necessidade de nenhuma contribuição própria, onerando nossa já sacrificada previdência social.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

Deputado Delegado Marcelo Freitas – PSL/MG